

0155/79

Doutoramentos
Univ. de Lisboa

CORTE
artado 2571
a-C-Portugal
ef. 44301

EXPRESSO Lisboa	-3. FEV. 1979
NOTÍCIAS da AMADORA Amadora	
BARCA NOVA Figueira da Foz	
POVEIRO (O) Póvoa do Varzim	

VASCO PULIDO VALENTE



Academismo monopolista de Estado

A SEMANA passada doutorou-se, com pompa e circunstância, um licenciado em Direito de trinta e muitos anos. A cerimónia decorreu na Reitoria da Universidade de Lisboa, com a presença de amigos, colegas (alguns dos quais tinham vindo de Coimbra para a ocasião) e de simples curiosos, que se acotovelavam nos corredores. O candidato estava de casaca, os membros do júri com as suas vestimentas da casaca, os membros do júri com as suas vestimentas da casaca. A tese fora previamente impressa. E os jornais anunciaram insistentemente o evento, com semanas de antecedência, e fizeram depois reportagens pormenorizadas dele.

Não se trata aqui só da proeminência presumível do examinando. Embora com menos espalhafato, a nossa prestável Imprensa continua a comunicar-nos regularmente que ontem se doutorou o sr. Fulano e que amanhã se doutorará o sr. Sicrano. Com retrato, currículo e bons desejos. Há dez anos, apareciam ainda notícias (vulgares no começo do século) sobre criaturas de face impenetrável ou filhos dilectos de vilas obscuras, que haviam acabado de cometer a proeza inolvidável de se formarem. E as pessoas mais antigas (em cujo número me incluo) lembram-se com certeza dos agradecimentos desvanecidos, que por volta de Julho e Agosto se publicavam, declarando à sra. professora Maria das Dores uma dívida eterna pela proficiência com que pilotara o Joãozinho através dos terríveis escolhos da quarta classe.

São estes fenómenos típicos de países pobres e analfabetos em que a instrução, por sumária que seja, é rara e

significa materialmente poder. Um trabalhador alentejano disse ao antropólogo português, hoje infelizmente embaixador, José Cutileiro, que nunca conhecera ninguém mais inteligente do que um sargento da Guarda Republicana, que escrevia com as duas mãos. Quando escrever com uma mão se tornou relativamente comum e a Universidade principiou a produzir inquietantes quantidades de orgulhosos portadores de canudos, a inteligência deixou de se confundir com o conhecimento das letras. A sra. professora Maria das Dores não voltou a receber as homenagens dos seus alunos vitoriosos. E a vila de Canelas desinteressou-se dos nativos, que percorriam, às dezenas, o curso ambigualmente honroso do ISE ou da Faculdade de Medicina.

Ficou o doutoramento. Em Inglaterra, em França ou Espanha, onde anualmente se doutoram milhares de estudantes tenros e imberbes, com excelentes teses modestamente dactilografadas, o acto não constitui uma ocasião social, nem excita o zelo dos jornais. Mas, em Portugal, não, porque em Portugal o doutoramento continua a ser um tremendo privilégio. Habilita os seus venturosos possuidores ao adereço distinto de "sr. professor", confere-lhes um pequeno feudo vitalício na Universidade, promove-os a lugares de direcção académica, e quase sempre indica-os aos órgãos de soberania como desejáveis pastoreadores da nação.

Daí que se solenize a coisa. Um privilégio que todos têm não é um privilégio. Torna-se, portanto, necessário rodear o acesso ao grau de terror e tremor, para o restringir. O Estado atribui o monopólio dos doutoramentos aos doutores e estes controlam firmemente a entrada no grémio, com o nobre propósito de se venderem a eles, por melhor preço, no mercado. Estamos perante uma variante culta do condicionamento industrial.

Porém, como na indústria, existe igualmente o perigo da concorrência estrangeira. Durante a ditadura, muitos portugueses se doutoraram por esse mundo fora. E o problema pôs-se: como impedi-los de partilhar o bolo? A solução adoptada consistiu em exigir que os seus títulos fossem aqui "referendados", com frequência por gente incapaz de os ganhar, para adquirirem eficácia legal. E, assim, se criaram situações absurdas em que profissionais de notório mérito, como por exemplo, a historiadora Miriam Halpern Pereira, se viram afastados ou colocados em estatutos de ridícula minoridade, por gente de uma fulgurante incompetência ou de uma irremediável extravagância. Numa palavra, aplicou-se à Universidade o são princípio da protecção alfandegária. Essa "pauta" por que invariavelmente suspiraram a incapacidade e a miséria nacionais.

Há mil monopolismos diversos. Parecidos como gotas de água. Basta olhar e perceber.